

ESTUDO DOS PROCESSOS REFERENCIAIS NO EDITORIAL “UMA EXPLORAÇÃO”

Jaciana Firmino Santana Rocha (graduada em Letras português)

Denise Porto Cardoso (doutora/UFS)

Introdução

Neste trabalho, analisaremos a referenciação no editorial “Uma exploração” (anexo), publicado pelo Jornal da Cidade em 09/08/2012, observando sua orientação argumentativa e os principais mecanismos de referenciação presentes no texto. O trabalho é composto pela revisão da literatura, na qual apresentaremos nossas bases teóricas, conceitos do campo de estudo da referenciação e informações sobre o gênero editorial; da análise do corpus, na qual procedemos ao exame do conteúdo crítico, semântico e dos processos de referenciação no editorial; e, por fim, da conclusão a que chegamos mediante o estudo feito.

O editorial trata dos juros cobrados no Brasil, sobretudo, os de cartão de crédito e de cheque especial e da posição da presidente Dilma Rousseff e do seu governo em relação às altas taxas de juros praticados pelas empresas de cartão e pelos bancos. O título do texto, *Uma exploração*, apresenta através de uma expressão nominal indefinida como é vista a questão desses juros pelo editorialista, revelando uma orientação argumentativa em favor da ideia de que os juros são muito altos e de que o povo brasileiro é explorado pelas empresas financeiras.

Revisão da literatura

O editorial é um gênero jornalístico que, além de informar, tem função opinativa. É constituído por dois elementos: notícia-chave e opinião. A primeira delas é a informação, sobre assuntos nacionais ou internacionais, que deverá estar dentro do âmbito político, econômico ou social. Já, a opinião é o conjunto das ideias do jornal e do articulista que resultarão no discurso tendencioso voltado, principalmente, para a opinião pública. Segundo Bond (1962), o conteúdo opinativo presente nos editoriais é a soma das ideias do jornal e do

escritor, que resultarão num discurso tendencioso. Assim, quando fizermos menção neste trabalho à autoria de determinado editorial, estamos implicando nela o autor e o jornal.

A referenciação é uma atividade discursiva. Através dela “a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (KOCH, 2011, p. 79). São “as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (KOCH, 2012, p. 123). A referenciação é um importante recurso na progressão temática do texto. Através dela, a orientação argumentativa revela a intenção do autor quanto à caracterização que pretende oferecer do referente.

Nessa caracterização, verbos, advérbios, adjetivos e substantivos são usados de maneira a influenciar a posição dos interlocutores sobre o que está sendo tratado pelo editorial. As opiniões contidas ali são consideradas como mais adequadas para convencer o leitor de que suas ideias correspondem aos fatos. As classes de palavras citadas são usadas como recurso para expressar sentimentos e atitudes (In: REBELO, 1999, p. 46-47). Consequentemente, a seleção vocabular serve para denunciar a proposta enunciativa do autor.

À medida que os objetos-de-discurso são retomados, o que garante a progressão do texto, há algum tipo de associação com elementos que estão atrás ou na frente do referente. O movimento para frente é a catáfora, que não será abordada neste artigo. O movimento para trás, é chamado anafórico, pois “aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir dele” (KOCH, 2007, p. 127). Ao fazer referência a elementos já expressos no texto, lança-se mão das anáforas, que são mecanismos linguísticos através dos quais se faz menção a elementos presentes no texto ou que se inferem a partir dele.

A partir desses dois movimentos podemos tomar as seguintes estratégias de referenciação: a introdução (construção) em que o objeto ainda não mencionado é introduzido no texto; a retomada (manutenção) em que um objeto já introduzido é retomado, o que favorece a manutenção do foco no objeto; e a desfocalização em que um novo objeto-de-discurso entra em cena e tira o foco do referente passado.

No processo de recategorização, sobretudo quando feita por descrições ou formas nominais, a seleção do núcleo e de seus modificadores é importante e pode vir por meio de termos metaforizados. Essa categorização e recategorização indica a orientação argumentativa presente no texto.

Com base nas estratégias de construção, manutenção e desfocalização, utilizamos alguns mecanismos de referenciação conceituados por Koch (2012), para a análise dos editoriais de jornais sergipanos, a fim de avaliar alguns aspectos da linguagem relacionados à leitura e a produção de texto. Esses mecanismos são:

- Anáfora indireta: quando não existe no co-texto um antecedente explícito, mas, sim, um elemento de relação que se pode denominar *âncora* e que é decisivo para a interpretação.
- Expressões nominais definidas: são expressões antecedidas do artigo definido ou do pronome demonstrativo.
- Expressões nominais indefinidas: são expressões constituídas de um artigo indefinido e um nome.
- Pronominalização: quando a referenciação é realizada por intermédio de formas pronominais.

Outro processo de referenciação é a dêixis. Casos desse mecanismo se estabelecem nos processos de introdução de referentes e de anáforas em sentido amplo surgidos da instabilidade entre mundo e discurso. A depender de como se entende o fenômeno da dêixis, as introduções e as anáforas podem ser dêíticas e não-dêíticas (CAVALCANTE, 2005). Entendemos, conforme Cavalcante (2005), que é preciso que um processo referencial faça alusão ao ponto de origem em que se encontra o falante, ou o co-enunciador para ser considerado dêítico. Desse modo, se a retomada de referentes no discurso fosse o critério fundamental para a dêixis, ela poderia confundir-se com a anáfora e com a introdução referencial, “não as excluindo, mas inserindo nessa intersecção uma soma de subjetividades” (CAVALCANTE, 2005, p. 126).

As anáforas, por sua vez, podem ocorrer também sob a forma de encapsulamentos, anáforas complexas, segundo Schwarz (apud KOCH, 2005, p.38), pois “não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos e frequentemente genéricos e inespecíficos (estado, fato, fenômeno, circunstância, condição, evento, atividade, hipótese etc.)”. Os encapsulamentos sumarizam segmentos anteriores ou subsequentes do co-texto e os rotulam por meio de uma forma nominal. Como consequência da rotulação, os encapsulamentos têm dupla função: referencial e predicativa.

Nos editoriais, a sumarização tem importante papel na construção do propósito comunicativo. Os rótulos avaliativos, frequentemente metaforizados, têm valor persuasivo (KOCH, 2005) e, portanto, poder de levar os leitores do jornal às conclusões pretendidas pelo autor/jornal que é a intenção maior do editorial. Entretanto, para que o propósito comunicativo atinja o leitor, é necessário que ele e o articulista possuam conhecimentos compartilhados (background) no âmbito cultural, permitindo a criação de uma imagem do referente de acordo com a proposta de sentido do produtor do texto (idem).

Ao longo do texto, novos referentes são introduzidos. Segundo Koch (2007), há dois processos de introdução de referentes textuais: introdução “não-ancorada” e “ancorada”. A primeira acontece “quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto. Quando representado por uma expressão nominal, esta opera uma primeira categorização do referente” (KOCH, 2007, p. 127). A introdução “ancorada”, por sua vez, dá-se “sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no co-texto ou no contexto sociocomunicativo” (ibidem).

Após a seleção e leitura do editorial, foram analisadas as orientações argumentativas presentes no texto, a fim de perceber a proposta enunciativa do autor/jornal. Depois, foi feita a análise dos mecanismos de referenciação, procedendo a identificação, classificação e quantificação desses mecanismos. De acordo com o que Gonçalves (2005) afirma sobre as pesquisas quantitativas, qualitativas e explicativas, este estudo contempla esses três âmbitos. Ele é quantitativo porque mostra a frequência com que os fenômenos de referenciação acontecem no editorial. É qualitativo porque, além de serem coletados e quantificados os mecanismos de referenciação utilizados nos editoriais, também foram analisadas as motivações e opiniões de acordo com o autor de cada editorial. É explicativo por identificar as razões do uso desses mecanismos, explicando suas razões a partir da fundamentação teórica.

“Uma exploração”: orientação argumentativa e mecanismos de referenciação

O editorial se inicia tomando diretamente a figura da presidente Dilma Rousseff e ressaltando, com uma expressão definida, os seus esforços em diminuir as taxas de juros no país. Com isso, nota-se uma construção positiva da imagem da presidente. Já, no último

parágrafo do texto, o objeto-de-discurso Dilma é retomado, mas, desta vez, de forma indireta, com a expressão definida *o governo da presidente Dilma*. O seu governo é inocentado da culpa pela exploração dos juros das empresas de cartão de crédito e de cheque especial por não ter *olhado ainda* para essa exploração. Ao usar o modificador *ainda* é transmitida a ideia de que o governo ainda pode ou ainda vai olhar para essa exploração, e, quando isso acontecer, resolverá a situação. *O governo da presidente Dilma não olhou ainda para a verdadeira exploração que é o juro propagado entre as empresas de cartões de crédito e de cheque especial*. Qualificar essa exploração como *verdadeira* intensifica a carga semântica da palavra exploração, além de atestar a veracidade do abuso dos juros cobrados pelas empresas financeiras.

A expressão *a presidente Dilma Rousseff* é âncora da anáfora indireta *o Brasil*, pois o complemento do substantivo *presidente*, que é “do Brasil”, deixa isso implícito. Além disso, a presidente é a principal representante do país. Deste modo, a retomada de *o Brasil* não é explícita, mas é inferível pelo contexto. *O Brasil* é reativado na memória sociocognitiva do leitor com a recorrência de estrutura (quatro vezes), com a dêixis através do advérbio *aqui*, com a anáfora indireta através de *país* e com expressão indefinida *num país subdesenvolvido*.

O objeto *as taxas de juros praticadas no Brasil*, uma expressão definida, é retomado por *os juros*, pela recorrência de estrutura e por *taxas bem mais salgadas do que são cobradas por um país como o Peru*. Este último excerto, continua mostrando o propósito comunicativo do editorialista em comparar as taxas de juros do Brasil com a de outros países, sempre mostrando a discrepância das taxas brasileiras em relação às taxas de outros países. E, para dizer que as taxas brasileiras são as mais altas, usa a expressão definida *a taça principal deste campeonato singular*, indicando que o Brasil ocupa o primeiro lugar na lista de países com as taxas de juros mais altas, numa alusão ao fato de o país ser o maior detentor de taças de Copas do Mundo da história do futebol mundial.

No excerto *não há país no mundo que tenha taxa de juros como as cobradas no Brasil*, a abordagem sobre as taxas de juros no Brasil, sendo relacionadas às taxas de outros países por meio da expressão *não há país no mundo*, permite classificar *país* como anáfora indireta, pois remete a um elemento inferível a partir do contexto: os países que, tendo suas taxas de juros baixas, perdem para o Brasil no campeonato das altas taxas. Esses países são retomados por anáfora indireta com *o mundo* e *o planeta*.

A situação do Brasil quanto a suas taxas de juros é uma âncora implícita que é reativada pelas expressões definidas *a coisa, as taxas de juros dos cartões e dos cheques especiais de todos os bancos, o risco de pagar os juros mais altos do planeta, o volume financeiro total dos cartões, estas taxas, os limites do suportável, a especulação no Brasil* – classificada com a expressão indefinida *uma carreira vitoriosa* –, *esse verdadeiro roubo*, que é retomado pelo pronome *isso* (em *disso*), resumindo a informação dada anteriormente. A situação também é retomada pelas anáforas indiretas *lucros exorbitantes*, que o editorialista diz ser *uma verdadeira vergonha* (expressão indefinida) e *outras modalidades de empréstimos rotativos*.

Ao falar na *falta de escolha dos lojistas, em especial quem tem pouco poder de barganha* (expressão definida resumida pelo pronome demonstrativo *isso*), somada a *usura dos comerciantes*, o autor incute a ideia de que o povo sofre as consequências das altas taxas de juros através do comércio e que a usura dos comerciantes agrava a situação. Com isso, é reservada uma parcela de culpa aos comerciantes, tirando de foco as ações que o governo pode tomar para diminuir as taxas de juros e amenizar a situação sofrida pelo povo com essas taxas. A consequência que os brasileiros enfrentam é classificada como *o verdadeiro quadro de desrespeito à cidadania do povo brasileiro*, uma expressão nominal definida que reforça o propósito do autor de denunciar as altas taxas de juros, argumentando em favor do povo, que está tendo a sua cidadania desrespeitada. Relacionar essa situação financeira do Brasil ao desrespeito à cidadania causa no leitor uma revolta maior quanto à exploração das empresas financeiras numa época em que o discurso ao acesso à cidadania é cada vez mais forte. O autor já anuncia esta ideia ao usar a expressão definida *o povão* que indica como é vista a maior parte da população brasileira pelos órgãos ligados à economia popular, isto é, como uma massa que não merece a devida atenção desses órgãos.

Para mostrar que as taxas de juros brasileiras são altas, o editorialista as compara com as de outros países sul-americanos, que também possuem altas taxas de juros. Essa comparação torna a argumentação do editorialista mais convincente, pois as taxas brasileiras são altas mesmo em relação a países que tem taxas de juros consideradas elevadas.

O cheque especial e outras modalidades de empréstimos rotativos para indivíduos e empresas também são *alarmantes*. Assim como o substantivo *absurdo*, o adjetivo *alarmantes* revela o propósito do editorialista de salientar as altas taxas de juros no Brasil e

convencer o leitor de sua opinião. Nota-se que o texto não apenas informa sobre essas taxas, mas também pretende apresentá-las para convencer os leitores da sua opinião. Já, no excerto, *a menor reação, tanto do governo como do próprio povo brasileiro*, uma expressão definida, o povo brasileiro é apresentado como passivo em relação às taxas cobradas pelos bancos públicos e privados, com ênfase nos primeiros; além disso, o excerto mostra o governo como omissivo em relação aos bancos privados e como explorador em relação às taxas cobradas pelos bancos públicos.

Considerações finais

O editorial, que tem como mecanismo de referenciação mais recorrente a expressão nominal definida, mostra não pretender manchar a imagem da presidente Dilma, sobretudo quando sua imagem é trazida diretamente, sem estar sendo tomada metonimicamente por seu governo. Dizer que a presidente se esforça em baixar as taxas de juros praticadas no Brasil exemplifica esse intuito, pois, de acordo com o texto, o governo Dilma poderia controlar as empresas de cartões de crédito e de cheque especial. Essas empresas é que são exploradoras.

REFERÊNCIAS

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2ed. Rio de Janeiro: Agir: 1962.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MAROTO, Edwirges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MAROTO, Edwirges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3ª ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

REBELO, Neiva Maria Soares. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial.** Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM LETRAS. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1999.

ANEXO I

SÃO CRISTÓVÃO - 9.8.2013

JORNAL DA CIDADE

OPINIÃO

Uma exploração

Não se pode negar os esforços da presidente Dilma Rousseff em diminuir, o mais que ela puder, as taxas de juros praticadas no Brasil que são realmente escorchantes. Não é a toa que detemos a taça principal deste campeonato singular: não há país no mundo que tenha taxa de juros como as cobradas no Brasil.

A coisa fica ainda mais grave quando se toma por base as taxas de juros dos cartões e dos cheques especiais de todos os bancos. Os juros já caíram na movimentação do comércio, mas triste daquele que fizer compras em cartões de crédito e não pagarem nos dias de vencimento. Corre o risco de pagar os juros mais altos do planeta: mais de 17% ao mês. Para reduzir esse verdadeiro roubo não tem um só órgão cuidando disso, exigindo que bancos e cartões de crédito se sensibilizem para os novos tempos em que os juros estão um pouco mais baixo.

Poderiam estar mais baixo ainda, mas a especulação no Brasil é uma carreira vitoriosa. O povoão que se lixe e os órgãos ligados à economia popular não estão aí nem estão ligados. Resultado: as taxas de juros chegam a improváveis 323% ao ano. São taxas bem mais salgadas do que são cobradas por um país como o Peru, que é na faixa de 55%.

Em todo o mundo, o Brasil está mal colocado, muito acima das taxas cobradas pelo Chile (54,34%), Argentina (50%), México (33,8%), Venezuela (33%) e Colômbia (29,23). Como se vê a especulação nos países latino-americanos chega a ser um absurdo.

Não é a toa, e talvez por isso mesmo, que os bancos expõem, a cada semestre, lucros exorbitantes, verdadeiras vergonhas para quem mora num país subdesenvolvido, onde é preciso cada vez mais de dinheiro a baixo custo. Não é isto que ocorre aqui no Brasil.

O cheque especial e outras modalidades de empréstimos rotativos para indivíduos e empresas também são alarmantes. Tem bancos, inclusive estatais, cobrando mais de 10% ao mês no cheque especial, sem que haja a menor reação, tanto do governo como do próprio povo brasileiro.

Os leijistas, por seu turno, não têm para onde escapar, em especial quem tem pouco poder de barganha. Some-se a isso a usura dos comerciantes e está formado o verdadeiro quadro de desrespeito à cidadania do povo brasileiro.

Enquanto as taxas por transação nos Estados Unidos não passam de 0,4% no crédito - é ainda menor no débito - aqui praticamente não há diferença sensível entre as duas modalidades. É um ótimo negócio para os cartões, tanto que o volume financeiro total dos cartões saltou de 65 bilhões de reais em 2000 para 670 bilhões de reais em 2011.

O governo da presidente Dilma não olhou ainda para a verdadeira exploração que é o juro propagado entre as empresas de cartões de crédito e de cheque especial. Até para o crescimento do próprio comércio alguma coisa deveria ter sido feita para que estas taxas caíssem aos limites do suportável.

▼ JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO E CHEQUE ESPECIAL PRECISAM SOFRER REDUÇÃO AO LIMITE DO SUPORTÁVEL

Realização



linc
Grupo de Pesquisa Letramentos em Inglês:
Língua, Literatura e Cultura

Apoio

Ministério da
Educação

Colaboração

